

## **Diocese de Roraima: A participação da igreja no processo de organização dos povos indígenas do estado**

**André dos Santos Vasconcelos\***

Este artigo tem por finalidade analisar a participação da Diocese de Roraima no processo de organização dos povos indígenas do estado. Não é intenção deste trabalho fazer uma apreciação de cunho eclesial, mas fundamentar a presença e a opção da igreja na luta pela promoção e valorização dos povos indígenas na Amazônia, especificamente em Roraima.

Mesmo tendo o clero uma participação político-pastoral desde a colonização da região, vamos configurar este artigo, tomando por referencial as mudanças ocorridas no modo de agir da igreja, a partir das proposições do Concílio Vaticano II (1962-65) e das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979) que “revolucionaram” a ação evangelizadora da igreja.

Para consolidar uma opção pelos povos indígenas, identificados como vítimas da exploração, da qual a igreja passara a ser contrária, foi criado em 1972, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, principal setor da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) responsável pela promoção e valorização dos povos nativos.

O novo trabalho junto a estas minorias foi iniciado pela Congregação dos Missionários da Consolata no início da década de 70. Com a chegada do bispo prelado, Dom Aldo Mongiano, em 1975, a Prelazia tem sua ação impulsionada. O novo bispo foi “pressionado”, pelos missionários, a conduzir uma ação pastoral voltada preferencialmente para o trabalho com índios. A ação teve por diretrizes principais, a presença constante de missionários nas malocas, e investimento financeiro que teve como carro-chefe o Projeto do Gado.

---

\* Estudante de Comunicação Social, UFRR

Agradecimento especial aos professores Roberto Ramos pela confiança e apoio e Alberto Chirone pela orientação indispensável.

Os índios passaram a ter uma nova organização, esta com características da sociedade “branca”. Como veremos a seguir, a mudança organizacional indígena foi necessária para garantir os direitos destes povos, pois o modo tradicional não conseguia fazer pressão frente ao Estado e setores privados da sociedade.

### **A Histórica Opção da Igreja pela Promoção Humana**

Em 1891, em meio às lutas dos operários pelo reconhecimento de seus direitos, valorização do trabalho e dignidade da pessoa humana, o Papa Leão XIII escreveu a Encíclica *Rerum Novarum*, dando os primeiros passos da igreja para um compromisso com as camadas mais pobres, o que seria posteriormente denominado de Doutrina Social da Igreja. O sumo pontífice reconhecia as injustiças praticadas pela burguesia contra o proletariado, nas extensivas jornadas de trabalho da qual os trabalhadores eram submetidos. Este reconhecimento exigia um posicionamento do clero, diferente do assumido anteriormente, pois não era mais convincente dizer que o sofrimento era algo divino, visto que a busca da razão queria repostas concretas.

Nesse contexto, mesmo de forma modesta, a igreja manifesta uma opção “Divina” em defesa do proletariado da época. Como fundamentação bíblica, era possível argumentar a vinda do Cristo, que conforme a pregação da igreja veio ao mundo para libertar o “Povo de Deus” da escravidão para uma vida de paz, de justiça e fraternidade.

A opressão social não é aceitável, conforme a abordagem do Papa Leão XIII, pois evangelicamente, todos são filhos do mesmo Pai e desta forma todos iguais em direitos, não podendo haver opressores e oprimidos. É clara a preocupação do Papa na seguinte passagem da *Rerum Novarum*:

*“...É a igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos suavizar, expurgando-o de tudo que ele tenha de severo e áspero; a igreja que não se contenha com esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles, a vida de costumes de cada um; a igreja, que, por uma multidão de instituições eminentes benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a igreja, que, quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum suas luzes e suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível...” (Rerum Novarum, a igreja e a questão social, 1968:19).*

Na Encíclica, o Papa também condena a exploração, já que vai de encontro à vontade divina: “...*Explorar a miséria e a pobreza, e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer pessoa no preço dos seus labores*” (Rerum Novarum, A obrigação dos operários e dos patrões, 1968:23).

Passados 71 anos da Rerum Novarum, foi realizado o Concílio Vaticano II, onde a igreja concretiza de forma oficial e em nível mundial a Doutrina Social, como meio de contribuir na libertação do povo da escravidão. Escravidão identificada no desemprego ou subemprego, violência, negação aos direitos básicos como saúde, educação, etc. A partir do Concílio, o “Reino de Deus” deixa de ser um paraíso utópico para se transformar na renovação da sociedade, um paraíso terrestre, cuja construção seria um mundo sem opressores e oprimidos, onde todos viveriam fraternalmente.

Na América-latina, a igreja assimila a Doutrina Social na Conferência Episcopal de Medellín, realizada em 1968 (Medellín foi uma adaptação do Vaticano II para a realidade continental). Nesta conferência é valorizada ou definida uma opção preferencial pelos pobres ou empobrecidos, inseridos nas diferentes culturas e aí podemos citar as minorias étnicas (negros, índios...) e sociais como mulheres, jovens, etc.

A opção de Medellín foi um passo concretizado definitivamente na Conferência de Puebla, realizada em 1979. Neste momento histórico, a igreja não se restringe ao clero, ela é antes de mais nada POVO e, enquanto povo, está inserida na vida sócio-política e econômica. As lideranças da igreja devem inserir-se no meio das comunidades, priorizando os menos favorecidos, ou melhor, os desfavorecidos, agentes transformadores da sociedade. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram papel fundamental na organização popular e na inserção da igreja na vida social, onde a transformação da sociedade é algo urgente na construção do paraíso. “As CEBs representam um novo modo de ser igreja, com participação ativa de seus membros, realização de seu caráter comunitário e real empenho na transformação do mundo” (Cardeal Aluísio Lorscheider, Síntese do Documento de Puebla, 1979:07).

## **Da Igreja Tradicional ao Compromisso com o(s) Povo(s) Oprimido(s)**

A igreja católica sempre esteve presente no processo de ocupação do Brasil, empregado pelos colonizadores portugueses. O primeiro passo foi o reconhecimento das nações indígenas e a sujeição destes povos aos portugueses e à religião católica. Com estas finalidades os missionários Carmelitas (1693) se estabeleciam nas aldeias, quando não fundavam as mesmas e começavam catequizar os nativos de forma a concretizar interesses pré-estabelecidos (CIDR, 1989).

A partir de 1909, a evangelização dos povos indígenas na região do Rio Branco (hoje estado de Roraima) ficou sob a responsabilidade da congregação Beneditina, que tinha como principal meta converter os índios em cristãos, através da pregação do catecismo e do evangelho nos moldes da igreja tradicional. (Lima, 1993).

O Estado teve participação expressiva no processo de intervenção frente aos povos indígenas. Com uma política de caráter integracionista é possível perceber a idéia de ocupação do espaço geográfico, posteriormente forjada numa ideologia de segurança e soberania nacional frente à ocupação estrangeira.

Com a chegada dos Missionários da Consolata em 1948, a igreja inicia a implantação de escolas religiosas em diversas malocas. Somente na região dos índios Makuxi e Wapichana, existiam 11 escolas católicas dirigidas por professores não-índios formados na escola da prelazia em Boa Vista.

O contato dos nativos com os “invasores ditos civilizados” levou à supremacia da segunda cultura sobre a primeira, fazendo com que as comunidades perdessem gradativamente sua identidade. Fato possível de ser constatado quando os mesmos não assumem em muitos casos, nos dias de hoje, suas origens: tradições religiosas, costumes, alimentação, entre outras.

Com a presença de grandes e pequenos proprietários rurais, as terras indígenas foram cercadas (algo novo), dando espaço ao gado, e “obrigando” os índios a trabalharem nas fazendas por baixos salários ou simplesmente pela alimentação e/ou bebida (cachaça) disseminada entre os índios como forma de pagamento ao trabalho semi-escravo.

A igreja católica nesse momento histórico foi omissa à problemática indígena, ou “contribuiu” para que estes fossem explorados. A idéia de fraternidade entre os povos era pregada para manter um povo submisso ao outro, dando a entender uma paz (superficial) onde a justiça e igualdade cristã não prevaleciam.

Com as mudanças no modo de ser e agir da igreja, a partir do Vaticano II e da Conferência de Medellín, os missionários da então prelazia de Roraima, sob forte influência da Teologia da Libertação, começam a reformular sua atuação frente aos povos indígenas, abrindo mão da conversão dos povos para uma organização concreta que os tirassem da condição de objetos, transformando-os em sujeitos de sua própria história.

A “nova” igreja católica, tomando por referências as proposições de Medellín, começa então a contribuir de forma significativa na construção de uma organização indígena autêntica, onde os próprios índios traçariam para eles e frente à sociedade “dita civilizada”, os melhores rumos (dentro de sua visão de mundo), a seguir.

É expressiva a contribuição da “nova igreja católica” no início da década de 70, na organização dos povos indígenas principalmente no aspecto metodológico/organizacional, contribuindo na mobilização dos povos na tentativa de garantir os direitos que lhe são assistidos pela Lei federal.

Os missionários mudam sua atuação em três pontos principais a saber: a) **Geográfico** - o padre não faz mais a celebração na fazenda e sim na maloca, por não ter esta o espírito comunitário (A igreja - templo - era essencialmente do fazendeiro). Até o final dos anos 60, os missionários faziam a chamada Pastoral da Desobriga.<sup>1</sup> A partir daí o missionário (que antes morava na capital Boa Vista) passa a morar nas malocas. Foram implantadas as missões religiosas do Maturuca, Catrimani, Taiano e Surumu, com presença permanente do sacerdote. “A partir de cada missão” surgiram posteriormente os conselhos regionais. b) **Social** - A igreja passa a trabalhar diretamente com os índios, investindo na formação de lideranças indígenas, com realização de cursos para tuxauas, professores, etc, e, investimentos econômicos, principalmente com o projeto do gado. E c) **Teológica** -

---

<sup>1</sup> A Pastoral da Desobriga era o trabalho desenvolvido pelo sacerdote até o final dos anos 60. Consistia em longas viagens onde eram “distribuídos” os sacramentos.

A mudança teológica consiste na opção evangélica preferencial pelos pobres apresentada pelo Papa Leão XIII, onde o Reino de Deus é de todos, mas, preferencialmente dos oprimidos.

Os principais responsáveis pelo novo modo de ser da igreja diante das comunidades indígenas foram os missionários da Consolata Jorge Dal Ben, Lírio Girardi, Luciano Stefanini, Guilherme Damiuli e João Saffirio, os Irmãos Francisco Bruno e Carlos Zaquini, além de leigos do MLAL (Movimento Latino Americano LAICI), Vincenzo Pira, Emanuele Amodio e Alberto Chirone.

O bispo da época, Dom Servilho Conte, não assumiu por completo o trabalho feito pelos missionários junto aos índios, sendo de certa forma omissos, o resultado é que o trabalho em nível de Prelazia foi bastante modesto, mesmo com uma atuação efetiva de conscientização nas malocas. Com a saída de Dom Sevilho, o novo bispo, Dom Aldo Mongiano (1975), é pressionado pelos missionários a assumir a causa indígena em nível de Prelazia, pois queria resolver os impasses da questão indígena através do diálogo entre fazendeiros, governo, índios e igreja, o que, conforme constatado pelos missionários, não era mais possível, pois era preciso um posicionamento radical em defesa das vítimas da exploração. Em entrevista com o Padre Lírio Girardi (18/04/1996) foi possível constatar essa postura de Dom Aldo. *“Dom Aldo veio de uma experiência de Moçambique, onde a igreja e o Estado andavam junto. Ele quando chegou achava que (mesmo a CNBB tendo rompido com a ditadura) o diálogo entre igreja e Estado ainda era possível”*.

Esta nova postura da igreja levou os índios a uma tomada de consciência para lutar principalmente por uma organização autêntica e pela autodeterminação. O despertar para a tomada de consciência para organização efetiva culminou na primeira Assembléia Regional dos Tuxauas realizada em janeiro de 1977 na Missão Surumu, com total apoio da Prelazia e do Conselho Indigenista Missionário. No segundo dia da Assembléia, por repressão do governo, através da polícia militar, juntamente com a FUNAI, a Assembléia foi dissolvida e os índios mandados embora para suas malocas. O presidente da FUNAI (órgão federal, com a missão de dar apoio aos índios) tentou tirar da Assembléia o presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino. O Bispo Dom Aldo (anfitrião do encontro) disse que se tirassem seu convidado teriam que tirá-lo também. Com isso, para evitar um atrito político com a igreja, Dom Tomás ficou, mas a Assembléia foi destituída.

Conforme o relato do Padre Lírio Girardi, a tomada de consciência por parte dos índios para a necessidade de uma organização autêntica culminou com ato autoritário da FUNAI, na dissolução da Assembléia do Surumu. *“Quando eles (índios) viram que a FUNAI usou de autoridade contra eles, para impedir que a igreja estivesse presente e que ao mesmo tempo, eles pudessem se reunir, eles pensaram, ah!... nós não podemos nos reunir aqui?, pois vamos nos reunir em nossas comunidades, em nossas regiões! Foi daí que começa nascer a idéia da necessidade de se unir”.*

Na Assembléia Diocesana de Pastoral em 1978, que contou com expressiva participação de lideranças indígenas, a prelazia de Roraima fez a opção preferencial pelos índios e escolheu a Pastoral Indigenista como prioridade. No ano seguinte, em 1979, ocorreu a divisão pastoral da Prelazia em ÁREAS, quando nasceu a Área Norte ou Indígena, coordenada pelo Sacerdote Luciano Stefanini, um dos precursores do trabalho feito pela Congregação dos Missionários da Consolata.

A prelazia desenvolveu sua opção, a partir da presença significativa de missionários nas malocas ( presença essencialmente formadora e denunciadora), e no investimento de recursos econômicos que pudessem responder às necessidades concretas das comunidades, como o *projeto das ferramentas*, que visava proporcionar aos índios material necessário para aumentar as roças e cercá-las, e *projeto do gado*, que tinha a finalidade de recuperar a terra ocupada pelo gado do fazendeiro, como veremos a seguir.

### **Projeto do Gado: “uma vaca para o índio”**

O projeto econômico do gado, idealizado e liderado pela diocese, foi o de maior peso político na luta do movimento indígena em Roraima. Foi constatado que o índio havia perdido sua terra para o gado do fazendeiro, que ocupava a terra com o aumento no número do rebanho, ou com novas propriedades e conseqüentemente novos animais. O boi que antes era temido por tomar a terra, agora passa a ser um aliado na conquista dessa mesma terra. O objetivo do projeto foi prioritariamente garantir a ocupação da terra pelo índio, pois “gado era sinônimo de terra”, além de servir de alimento e integração entre as malocas.

A igreja repassava o gado depois que a comunidade se preparava e era tomada a decisão coletiva de seguir o estatuto, aprovado pela FUNAI e diocese. É importante ressaltar que uma vez doado o gado não mais voltaria ao domínio da diocese. Cada maloca recebia 52 cabeças, que ficariam sob sua responsabilidade por um período de 5 anos, quando era repassada a mesma quantidade a outra maloca e esta ficava com o excedente.

A diocese conseguia os recursos para a compra do gado, através de campanhas financeiras internacionais, ocorridas na Europa, principalmente na Alemanha, Itália, Espanha e Portugal. Algumas dioceses da região Sul do Brasil também contribuíram financeiramente com o projeto. A igreja introduziu em aproximadamente 130 malocas mais de 8 mil cabeças bovinas, numa tática que surtiu o efeito esperado, pois no início do projeto, no final da década de 70, segundo estimativas da pastoral indigenista, havia na área dos índios Makuxi e Wapichana, aproximadamente 200 posses, hoje o número é de pouco mais de 50 fazendas, chegando a aproximadamente 100 posses.

A presença do rebanho não representou um choque cultural para as comunidades, pois os índios há alguns anos trabalharam nas fazendas como vaqueiros e eram acostumados a cuidar do gado. O que coube a diocese neste momento foi “ensinar” os índios a administrarem o rebanho, pois isso antes, era função exclusiva do fazendeiro.

## **O modo de organização indígena após a contribuição da igreja**

Para fazer frente ao processo de ocupação das terras indígenas, empregado por fazendeiros, garimpeiros e pelo Estado, este com uma política de caráter integracionista entre as sociedades envolvidas, balizada na ideologia da ocupação estrangeira, surge nas comunidades a necessidade de uma organização capaz de frear este processo e exercer pressão para garantia de seus direitos.

A “nova igreja católica” sofreu forte pressão do Estado, que era contrário à sua presença junto aos povos indígenas. A igreja por sua vez se reservou a reprová-las ações do estado *“tendo em vista contribuir para superação da política oficial, de cunho integracionista, dimensionando-a na perspectiva de colocá-la*

*(igreja) como mediadora dos interesses voltados para a autodeterminação destas minorias” (Lima, 1993:13).*

A partir da formação recebida, as lideranças das malocas começaram a se unir e a reunir-se em Assembléias anuais. Como a primeira Assembléia foi dissolvida pela FUNAI, devido a presença de missionários, os líderes resolveram se organizar nas próprias malocas. Assim nasceu em 1980, na maloca do Maturuca, o Conselho Regional das Serras. Em 1984, são criados os Conselhos Regionais nas regiões do Taiano, Surumu, Baixo Cotingo, Serra da Lua, Amajari e Raposa. Com a união dos Conselhos foi criado, em 1987, na décima Assembléia Geral dos Tuxauas, realizada na Missão Surumu, o Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), hoje CIR - Conselho Indígena de Roraima, a maior representação política dos índios que conta com apoio da diocese de Roraima. A entidade nasceu com o objetivo de defender os direitos dos índios e da comunidade indígena, estabelecidos em Lei, estimulando a autonomia cultural, econômica e social dos povos.

A estrutura organizacional do CIR definida nos moldes da sociedade “branca” é a seguinte: a) Assembléia Geral dos Tuxauas, que acontece anualmente, b) Coordenação Ampliada - Formada por dois representantes de cada Conselho Regional, c) Coordenação - Eleita na Assembléia Geral e d) Conselhos Regionais - Formado pelas malocas, a partir de cada região.

Algumas organizações, independentes e até opositoras ao trabalho do CIR, surgiram ao longo do processo. Em 1989, foi criada no Rio de Janeiro, a APIR (Associação dos Povos Indígenas de Roraima), por influência da diretora do Museu do Índio do Rio de Janeiro, aspirante à Presidência da FUNAI, com o apoio de membros dissidentes do CIR. A Associação desenvolve seus trabalhos na região de São Marco e parte do Taiano. Por influência do Conselho e a ele vinculada nasce em 1989, durante Assembléia dos Professores Indígenas na Missão Surumu, a OPIR (Organização dos Professores Indígenas de Roraima). Surgiram ainda a ARIKON (Associação dos Índios do Rio Quinô, Kotingo e Norte de Roraima), entidade que congrega índios, garimpeiros e fazendeiros e a SUDIUR (Sociedade da União e Desenvolvimento dos Índios de Roraima), que conta com forte apoio do governo estadual.

## **Pastoral indigenista: uma nova postura**

Com a consolidação das organizações indígenas, principalmente do Conselho Indígena de Roraima, a diocese passou a desenvolver um trabalho basicamente de assessorias. Segundo Dom Aldo Mongiano “não são os ‘brancos’ que vão resolver os problemas dos índios, mas eles próprios” (CIDR, 1989). Dessa forma, o objetivo geral da pastoral indigenista passou a ser o de *“Apoiar o processo de autonomia econômica, social e cultura dos povos indígenas de Roraima, e o nascimento de uma Igreja com rosto indígena, assumindo os desafios da inculturação e do diálogo interreligioso, fortalecendo as organizações e alianças destes povos”* (Pastoral Indigenista, 1996).

A nova política indigenista da igreja estabeleceu as seguintes prioridades: a) Terra e Auto-sustentação - para que as comunidades indígenas consigam a demarcação de suas terras e retirada dos invasores; b) Organização Indígena - para que as comunidades e lideranças percebam a importância e necessidade de valorização de suas organizações; c) Inculturação da fé e diálogo interreligioso - identificar e valorizar as manifestações religiosas dos povos indígenas assumindo os desafios da inculturação e o diálogo interreligioso; d) Saúde e Educação - buscar alternativas que proporcionem saúde integral aos índios e uma educação que respeite a cultura, através de projetos de escolas bilingües que atendam às suas necessidades, além de dar continuidade à formação e articulação dos professores indígenas e organizações; E) Formação e Informação - promover, em parcerias, cursos, treinamentos, além de divulgar e denunciar a violência contra os povos assim como a sua riqueza cultural.

A diocese com a nova postura, incentiva os índios a serem os protagonistas na luta pela garantia de seus direitos, se colocando sempre com um auxílio efetivo a estes povos.

## **Conclusão**

Este artigo procurou mostrar a participação da diocese de Roraima, no processo de organização, promoção e valorização, dos povos indígenas do estado.

Constatamos que no início da década de 70, a igreja renunciou ao trabalho de conversão dos índios em cristãos para ajudá-los na conquista de seus direitos. O trabalho foi iniciado pela Congregação dos Missionários da Consolata, seguindo as proposições do Concílio Vaticano II (1962-65) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968), que revolucionaram a ação evangelizadora da Igreja Católica, concretizando numa opção preferencial pelos pobres, confirmada na Conferência de Puebla (1979).

A diocese teve seu trabalho impulsionado junto às comunidades indígenas, com a chegada do Bispo Dom Aldo Mongiano em 1975, sendo que três anos depois fez-se na Assembléia Diocesana de Pastoral, a opção preferencial pelos índios e a pastoral indigenista passou a ser prioridade.

A ação dos missionários teve duas diretrizes principais, a formação de lideranças e investimentos financeiros, através de projetos econômicos, principalmente o projeto do gado.

A contribuição da igreja foi fundamental para a organização dos povos indígenas do estado. Atualmente, a principal entidade representativa dos índios de Roraima é o CIR, fortemente vinculado à diocese, entidade sempre presente na luta pela garantia da sobrevivência dos povos indígenas.

## **Bibliografia**

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA DIOCESE DE RORAIMA.  
**Coleção Antropológica.** Boa Vista, 1989. n° 1.

PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum.** São Paulo: Paulinas, 1968.

LIMA, José Nagib da Silva. **Educação Indígena em Roraima.**  
**Roraima.** Boa Vista: s.ed. 1993.

**LORSCHIEDER, Cardeal Aloízio. Síntese do Documento de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1979.**

**PASTORAL INDIGENISTA. Planejamento 1996. Boa Vista, 1996. mimeografado.**